

ITCP/NESol/UFT ontem, hoje e amanhã: um balanço dos primeiros cinco anos

ITCP/NESOL/UFT YESTERDAY, TODAY AND TOMORROW: A SCALE OF THE FIRST FIVE YEARS

Airton Cardoso Cançado ¹

Liliam Deisy Ghizoni ²

RESUMO

Apresenta-se, criticamente, as ações da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal do Tocantins (ITCP/NESol/UFT), que envolvem economia solidária, autogestão e inclusão social. O referencial teórico e metodológico que norteia à práxis do Núcleo parte de três premissas: 1) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; 2) perspectiva da educação dialógica de Paulo Freire; e 3) sistematização e compartilhamento do conhecimento construído. Este texto é um ensaio teórico, baseado na análise crítica das ações do núcleo desde a sua criação, em 2006. As informações foram retiradas dos relatórios das ações do Núcleo e de suas publicações. O texto é composto por três partes. Na Parte I, são apresentados os projetos finalizados; na Parte II, os projetos em andamento e na Parte III, uma análise crítica destas ações, centrada em quatro vertentes: Participação Discente, Mobilização, Lógica de Projetos/Editais e Impacto nos Empreendimentos. A análise leva a perceber que, apesar de alguns passos importantes, o Núcleo encontra-se em uma fase de inflexão, que prevê a necessidade de mudanças. Alguns caminhos são apontados ao final do texto, porém, atualmente, nossa discussão gira em torno da incubação não de um empreendimento, mas de um *território* (comunidade) no sentido de possibilitar o seu desenvolvimento como um todo, baseando este desenvolvimento na integração e interdependência entre os atores no território.

Palavras-chave: incubadora; ensino; pesquisa; extensão.

ABSTRACT

This text critically presents, the actions, of the Technological Incubator of popular cooperatives of the nucleus of economic solidarity from the Federal University of Tocantins (ITCP/NESol/UFT). Economic Solidarity involves self management and social inclusion. The theoretical and methodological reference, which guides the practice of the nucleus, originates from three assumptions: 1) the inseparability of education, research and extension; 2) Paulo Freire's Dialogical education perspective; and 3) systemization and sharing of constructed knowledge. This text is a theoretical essay based on the critical analysis of the nucleus's activity, since its creation in 2006. The information was retrieved from reports of the nucleus and its publications. The text is made up of three parts: part One presents the project already completed, part two, the ongoing projects and finally part three, which presented a critical analysis of these actions, centered in four perspectives: student participation, mobilization, project logic/edicts and the impact

1 Doutor em Administração (UFLA), cursando Pós Doc em Administração na Fundação Getúlio Vargas, Professor da Universidade Federal de Tocantins. E-mail: airtoncardodo@yahoo.com.br

2 Psicóloga, Mestre em Educação, Doutoranda em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações (UnB); Professora na Universidade Federal do Tocantins. E-mail: ldghizoni@gmail.com.

of the ventures. The analysis leads to the perception that in spite of some important steps, the nucleus is in a state of inflection, foreseeing the need of change. Some approaches are pointed out at the end of the text, however our present discussion revolves around the incubation of a territory (community), and not as a venture, in the sense of enabling the development as a whole, based upon the integration and interdependence among the agents in the territories.

Key Words: Incubator, Education, Research, extension.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar criticamente as ações da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal do Tocantins (ITCP/NESol/UFT), que envolvem economia solidária, autogestão e inclusão social. O referencial teórico metodológico que norteia a práxis do Núcleo parte de três premissas: 1) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; 2) perspectiva da educação dialógica de Paulo Freire (FREIRE, 1987, 2001); e 3) sistematização e compartilhamento do conhecimento construído.

O NESol foi criado oficialmente em 11 de agosto de 2006, em Palmas, capital do Tocantins, porém suas ações se iniciaram em 2005, com a participação de alguns membros no Fórum Estadual de Economia Solidária. Em novembro de 2007, o NESol passa a ser também uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP, integrando-se à Rede Nacional de ITCPs neste mesmo ano. O NESol/ITCP/UFT preza projetos que envolvam economia solidária, desenvolvendo ações que se proponham a melhorar a qualidade de vida e as condições socioeconômicas, culturais e ambientais do empreendimento incubado bem como da comunidade (CANÇADO e CANÇADO, 2009a; GHIZONI e CANÇADO, 2011).

A equipe do NESol é interdisciplinar; porém, é composta majoritariamente por professores vinculados ao Curso de Administração da UFT. Atualmente, o quadro está disposto da seguinte forma:

Figura 1: Distribuição dos integrantes da ITCP/NESol/UFT - 2012

Docente	Formação	Integrante desde	Situação atual
Airton Cardoso Cançado (Fundador)	Administração	2006	Afastado para pós doc na Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro
Marcus Vinícius Alves Finco (Fundador)	Economia	2006	Solicitou afastamento das atividades do NESol por motivos particulares em 2011
Fernanda Dias Bartolomeu Abadio Finco (Fundadora)	Nutrição	2006	Afastada para Doutorado na Universidade de Hohenheim, Alemanha
Anne Caroline Moura Guimarães Cançado	Turismo	2006	Solicitou afastamento das atividades do NESol por motivos particulares em 2010
Helga Midori	Matemática	2006	Não vinculada a

Iwamoto			nenhuma atividade devido estudos de Doutorado em Administração – Mackenzie
Sandra Alberta Ferreira	Administração	2006	Não vinculada a nenhuma atividade devido estudos de Doutorado em Administração – Mackenzie
Liliam Deisy Ghizoni	Psicologia	2008	Desenvolvendo atividades com os Catadores de Material Reciclável
André Oliveira	Filosofia	2011	Em atividade
Edi Augusto Benini	Administração	2011	Afastado para Cursar Doutorado Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campo Grande
Maria de Fátima Arruda Souza	Administração	2011	Coordenando o NESol desde agosto de 2012, bem como as ações de ECOSOL em Projeto FINEP – RedePeixe
Miguel Pacífico	História	2011	Articulador da ECOSOL na região norte do Tocantins
TOTAL			11 membros

Fonte: Dados da Pesquisa

Considerando que a grande maioria dos professores encontra-se em processo de formação doutoral desde 2009, a participação em editais foi reduzida nos últimos dois anos. A participação dos alunos no NESol/ITCP/UFT é sazonal e acontece conforme a abertura de editais com bolsas específicas para este público. Há também participações voluntárias de alunos da UFT; porém, não há distinção entre voluntariado e remunerado no que se refere à execução das atividades.

A metodologia para a construção deste texto segue as diretrizes de um ensaio teórico, baseado na análise crítica das ações do núcleo desde a sua criação. As informações foram retiradas dos relatórios das ações do Núcleo, das suas publicações ao longo dos anos, bem como da experiência dos autores.

Este texto está composto de três partes além desta introdução e conclusão. Na Parte I, são apresentados os projetos finalizados e na Parte II, os projetos em andamento, todos foram desenvolvidos desde 2006 quando o NESol/ITCP/UFT foi criado. Na Parte III, apresenta-se uma análise crítica destas ações, que se concentram em quatro vertentes: *Participação Discente*, *Mobilização*, *Lógica de Projetos/Editais* e *Impacto nos Empreendimentos*. Conclui-se com propostas ligadas a estas quatro vertentes, que estão sendo visualizadas para um futuro próximo.

Parte I – Projetos finalizados

Projeto I: Programa de Fomento ao Cooperativismo Popular em Palmas, TO – 2006 a 2007 (CANÇADO, 2007). Desenvolvido com recursos do MEC/PROEXT.

A primeira meta deste Projeto foi capacitar cinquenta estudantes de graduação para aplicação de oficinas com grupos populares, visando fomentar o cooperativismo popular em Palmas, TO. Trinta e sete estudantes concluíram a formação de 60h/aula, com os conteúdos: Políticas Públicas (4h), Economia Solidária e Cooperativismo Popular (24h), Dinâmica de Grupo (4h), Formação de Facilitadores (20h), Segurança Alimentar (4h), Educação Ambiental e Ética (4h). Ressalta-se que os estudantes inscritos no programa eram oriundos da UFT, da Faculdade Católica do Tocantins e da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS).

A segunda meta foi capacitar 750 famílias em economia solidária e autogestão. O grupo baseou-se no mapeamento da Economia Solidária realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária em 2005; porém, verificou que muitos empreendimentos já não existiam – o que gerou a necessidade de adaptar a metodologia inicial a fim de possibilitar a identificação de grupos minimamente organizados.

As terceira e quarta metas referiam-se às publicações: uma cartilha sobre economia solidária e autogestão e um livro com os resultados do programa. Ambas concluídas com êxito.

A quinta meta foi apresentar os resultados do Programa para a comunidade. Uma apresentação foi realizada na UFT e contou com a presença da comunidade acadêmica, dos membros dos empreendimentos e dos representantes do poder público. Outra foi a apresentação de resultados parciais no I Encontro Tocantinense de Cooperativismo. Apresentou-se esses resultados também na III Feira de Economia Solidária do Estado do Tocantins. Fora do Estado, o trabalho foi apresentado na III Semana Sebastianense de Cooperativismo, em São Sebastião do Passé, BA, e na Feira Jovem Empreendedor, na Universidade Federal do Vale do São Francisco, em Petrolina, PE.

Observa-se que este início foi fundamental para o NESol/ITCP/UFT, para as novas parcerias e para a consolidação do Núcleo.

Projeto II: PAESBICO – Programa de Apoio a Empreendimentos Solidários no Bico do Papagaio – 2007 a 2008 (CANÇADO, FINCO, FINCO e CANÇADO, 2009). Desenvolvido com recursos do MDS/FINEP.

Este Programa buscou a promoção da Segurança Alimentar e da Economia Solidária nas comunidades que vivem na região conhecida como Bico do Papagaio – no extremo norte do Tocantins, a qual foi recentemente denominada *território* pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2005) – considerada carente e apresentando um quadro de acentuada insegurança alimentar no Estado do Tocantins (MDA, 2005). As ações foram desenvolvidas através, principalmente, de diagnósticos, mobilizações e incubação de empreendimentos solidários agroalimentares.

Os objetivos gerais deste Projeto foram: 1) A incubação de três empreendimentos agroalimentares no Território do Bico do Papagaio no Tocantins, organizados em bases solidárias: CPRAR – Cooperativa dos Produtores Rurais de Araguatins, TO; ACOCARA – Associação dos Criadores de Ovinos e Caprinos de Araguatins, TO, e COOAF – Cooperativa de Produção e Comercialização dos Agricultores Familiares, Agroextrativistas e Pescadores Artesanais de Esperantina, TO; e 2) O empoderamento de

lideranças locais com especial atenção para o Consórcio de Segurança Alimentar do Bico do Papagaio.

Permeando estes objetivos centrais está a questão da sustentabilidade e do respeito ao meio-ambiente, inerentes ao próprio conceito de desenvolvimento sustentável.

Neste Programa foi utilizada e aperfeiçoada a metodologia de incubação de Cooperativas Populares (CANÇADO e CANÇADO, 2009b), a qual se fundamenta em quatro premissas: a não redução da autonomia do grupo; a velocidade do processo de incubação decidida pelo grupo; a veracidade das medições e o *feedback* fornecido ao grupo.

Partindo-se da premissa que uma cooperativa deve acontecer *pelos e para* os cooperados e que, assim, deve surgir da vontade e da necessidade dos cooperados e deve ser *por eles* construída, os resultados da incubação realizada através deste Programa não foram plenamente atingidos. O governo, por sua vez, *pode e deve* apoiar, mas pelo que se pode observar, as políticas baseadas em recursos não reembolsáveis para ativos permanentes (edifícios, máquinas, veículos etc) têm mostrado, cada vez mais, que nem sempre são a melhor alternativa. Por outro lado, a concessão de crédito produtivo orientado (mesmo subsidiado) ou a própria organização de um sistema de finanças solidárias (como os bancos comunitários, por exemplo) podem ser alternativas interessantes para o desenvolvimento local.

Projeto III: Coleta Seletiva – Conexões para uma Vida Sustentável – 2009 a 2011 (GHIZONI e CANÇADO, 2011). Desenvolvido com recursos do Ministério da Educação e Cultura MEC/SECAD.

O Projeto foi idealizado para a ASCAMPA – Associação dos Catadores de Material Reciclável do Centro Norte de Palmas, uma população anteriormente atendida pelo Programa de Fomento ao Cooperativismo Popular em Palmas, TO (projeto 1 do NESol). Dessa forma, o objetivo geral foi consolidar a existência da Associação. Este projeto nasceu no ano de 2009 a partir de uma parceria inédita entre o Núcleo de Economia Solidária – NESol da Universidade Federal do Tocantins - UFT e o Programa Conexões dos Saberes, financiado com recursos do Ministério da Educação e Cultura MEC/SECAD. A interlocução foi realizada pela Pró-Reitoria de Extensão da UFT. Sua execução compreendeu o período de dezembro de 2009 a julho de 2011.

Os objetivos específicos foram: 1) Realizar um diagnóstico socioeconômico-ambiental dos membros da ASCAMPA; 2) Viabilizar ações nos eixos da educação, saúde, meio ambiente e cultura a partir do diagnóstico; 3) Capacitar estudantes de graduação em Economia Solidária e Educação Ambiental; 4) Promover a inclusão social por meio de uma experiência piloto de coleta seletiva com a participação de docentes e discentes da UFT.

As atividades realizadas foram classificadas como Atividades de Formação dos Estudantes, Atividades de Extensão Universitária e Atividades de Estudos e Pesquisas.

Para a incubação do empreendimento, contratou-se uma equipe de três técnicos – duas psicólogas e um economista. As medições foram realizadas em abril e junho de 2011. A metodologia utilizada no acompanhamento e diagnóstico da Associação é a proposta de Indicadores de Desempenho para Incubação de Cooperativas Populares, apresentada por Cançado e Cançado (2009).

Cunha, Silva e Borges (2011) destacam que algumas ações e intervenções foram realizadas pelos técnicos em conjunto com a medição dos indicadores de desempenho, dentre elas: visitas domiciliares e a atualização de cadastros dos integrantes da ASCAMPA. Essa atualização cadastral teve por objetivo

confirmar *quantos* e *quem* são os catadores que hoje realmente fazem parte da Associação bem como identificar quem têm a coleta como meio de vida ou como complemento de renda. A integração na equipe de um profissional especialista na área de Gestão de Cooperativas também foi de grande relevância para o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que este veio acrescentar informações e relatar formas de como atuar em redes de cooperativas para vencer os atravessadores.

Um impasse foi observado pelos técnicos no que se refere aos resultados obtidos por meio das entrevistas informais com os dirigentes da ASCAMPA. Nestas, foi revelado que a Associação possui potencial de crescimento, em grande parte devido ao apoio que tem recebido dos parceiros, mas que ainda carece de mais empenho não apenas do poder público, mas também dos próprios catadores – falta-lhes a vontade e o desejo de assumir as responsabilidades para criar uma cooperativa. Falta também o acompanhamento de técnicos que sejam formados na área de Gestão de Cooperativas (ou áreas afins), que podem contribuir direta e significativamente para o desenvolvimento e crescimento dos catadores. Foram igualmente identificadas dificuldades relativas ao *senso de coletivo* e *comunhão* entre os próprios catadores, que ainda trabalham de forma muito individualizada, bem como a necessidade de complementação da renda familiar a partir de outras formas de trabalho (vendas de alimentos em geral: milho, pastel, salgados), o que dispersa o esforço coletivo comunitário.

Como sugestões, os técnicos apontam: a participação em editais visando à construção das instalações físicas da ASCAMPA ou futura Cooperativa; a participação em editais visando à aquisição de equipamentos e veículos; capacitação para administração de finanças em Cooperativas bem como para a organização de documentos inerentes a uma Associação/Cooperativa (CUNHA, SILVA e BORGES, 2011).

Projeto IV: Parceria para a realização do “Curso de Especialização *Latu Sensu* em Gestão Pública e Sociedade – 3º edição” – 2011 a 2012 (SENAES/MTE)

Trata-se de um projeto de apoio a especialização para gestores de políticas públicas de economia solidária no que tange à Formação de Formadores(as), Educadores(as) e Gestores(as) Públicos(as) de Economia Solidária, financiado com recursos da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

O Projeto é fruto de uma parceria entre a Universidade Federal do Tocantins (UFT) – através do Núcleo de Economia Solidária (NESol) e do Núcleo de Estudos Estratégicos em Gestão Contemporânea (NEEG) – e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – através do Grupo de Análise de Política de Inovação (GAPI) e, conseqüentemente, conta com a experiência de ambas as instituições na realização de cursos de Especialização e Pesquisa em Economia Solidária. O Responsável técnico é o Professor Édi Augusto Benini.

Formou-se dez turmas, sendo duas em cada região do País, conforme segue: Região Norte – Palmas/TO e Belém/PA; Região Nordeste – Salvador/BA e Recife/PE; Região Centro-Oeste – Campo Grande/MS e Brasília/DF; Região Sudeste – Campinas/SP e Belo Horizonte/MG; Região Sul – Porto Alegre/RS e Curitiba/PR. As atividades foram iniciadas em agosto de 2011 e encerradas com êxito em agosto de 2012. A meta do convênio previa atender 300 alunos, foram matriculados 400 e 270 concluíram o curso. Foram publicados três livros, sendo o último com os trabalhos dos alunos concluintes (BENINI, FARIA, NOVAES & DAGNINO, 2011; BENINI, FARIA, NOVAES & DAGNINO, 2012; BENINI, SALES GOMES, NOVAES, CORRE SILVA; no prelo).

Parte II – Projetos em andamento (2011 A 2013)

Projeto I: Tecnologias para Desenvolvimento Social – Subprojeto Rede Peixe – 2011 a 2013 (MCT/FINEP)

Este Projeto – elaborado em 2009 e liberado para realização em julho de 2011 – conta com recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia, tendo como proponente a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins e como interveniente executor a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e congrega diversas instituições parceiras, dentre as quais a Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), o Instituto Federal de Educação (IFTO) e a Fundação Centro Universitário de Gurupi (UNIRG).

O objetivo geral deste Projeto é realizar ações de fortalecimento das cadeias produtivas solidárias em Territórios da Cidadania no Tocantins, por meio de processos formativos relativos à economia solidária, autogestão, educação associada, práticas produtivas e inclusão digital comunitária.

O subprojeto com pescadores e piscicultores da região norte do Estado, intitulado “Rede Peixe”, tem por objetivo fortalecer a cadeia produtiva da pesca por meio da formação de uma rede de pescadores e piscicultores na região, fomentando a produção, o processamento, a comercialização e o consumo embasados nos princípios da economia solidária, promovendo o empoderamento dos atores envolvidos (pescadores e piscicultores) residentes no território da cidadania do Bico do Papagaio, no estado do Tocantins.

Projeto II: Fortalecimento da piscicultura como alternativa de renda e diversificação da agricultura familiar no estado do Tocantins – 2011 a 2014 (EMBRAPA)

Trata-se de um projeto de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar e à sustentabilidade do meio rural proposto pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), atendendo a edital próprio. O Projeto tem a duração de 36 meses, é realizado com piscicultores dos municípios tocantinenses de Divinópolis e Abreulândia – banhados pelos principais rios do Estado, Araguaia e Tocantins. Estes foram localizados pelos pesquisadores da Embrapa Pesca e Aquicultura em visitas realizadas pelo Estado, que verificaram a experiência de um grupo de agricultores familiares que, por vontade própria e com apoio local, fizeram da piscicultura uma mola propulsora na geração de alimento e renda.

A coordenação deste Projeto está a cargo da Embrapa Pesca e Aquicultura, tendo o NESol/ITCP/UFT como integrante da equipe de parceiros para sua realização, juntamente com Agroter; MPA; Ruraltins; Seagro; IFTO e Faculdade Católica do Tocantins. O NESol contribuirá no fomento ao associativismo e cooperativismo entre os pescadores e piscicultores das cidades de Divinópolis e Abreulândia.

Projeto III: A prática da clínica psicodinâmica da cooperação em uma associação de catadores de materiais recicláveis - 2010 a 2014 (sem financiamento)

Trata-se de um projeto de tese que interliga o NESol/UFT, o Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho da Universidade de Brasília - LPCT/UnB e a Associação de Catadores de Material Reciclável do Centro Norte de Palmas – ASCAMPA.

Partiu-se do aporte teórico da Psicodinâmica do Trabalho, no que tange a Clínica da Cooperação e da vivência da pesquisadora com um grupo de catadores de materiais recicláveis da cidade de Palmas – TO, vinculados a

uma organização de trabalho associado, a ASCAMPA. As perguntas de pesquisa são: Como os dispositivos da prática da Clínica da Cooperação - análise da demanda, elaboração e perlaboração, construção de laços afetivos, interpretação, formação do clínico e supervisão - se constituem em um grupo de catadores de materiais recicláveis vinculados a um tipo de organização, onde seus integrantes buscam trabalhar associativamente? Que efeitos esta clínica produz para a mobilização coletiva?

Diante do objetivo de criar um espaço de escuta do sofrimento, para transformar a organização do trabalho, discutindo-se a divisão de tarefas, normas, controles e ritmos de trabalho na ASCAMPA, iniciou-se com uma reunião no dia 28 de janeiro de 2012 para convidar os catadores para a Clínica, que começou em 04 de fevereiro e terminou em 09 de junho de 2012. Aconteceram 12 sessões, sempre aos sábados pela manhã, na sede da Comunidade Kolping, uma entidade parceira dos Catadores. Nos encontros participaram de 4 a 10 catadores. Atingindo um total de 18 catadores dos 34 associados. Os resultados parciais são apresentados a seguir, por blocos de sessões:

Da 1ª a 3ª sessão os catadores focavam a resolução dos seus problemas num “outro”: Prefeitura, Universidade, Ongs, Igreja, Deus.

Da 4ª a 6ª sessão: houve momento de crescimento do grupo para falar do sofrimento, dos medos, do estresse, sobre a divisão das tarefas e sobre as diferenças individuais.

Da 7ª a 9ª sessão: a 7ª sessão foi a disparadora dos grandes incômodos com a administração da Sede. Houve enfrentamentos, começavam a vencer o medo de falar, porém havia muita desconfiança. Começaram a se reunir após a Sessão de Clínica para discutir as questões que estavam surgindo na clínica referente ao dia a dia na sede.

A 10ª e a 11ª sessão: Foram as sessões de deliberações. Formaram um coletivo de trabalho e começaram a colocar a “mão na massa” na sede da Associação. Antes eram 4 pessoas para atuar na sede (1 administrador, 1 prensador e 2 jovens auxiliares), agora chegaram mais 4 integrantes catadores, formando um coletivo de 7 pessoas (houve desistência de um jovem). Criaram regras de convivência, regras para a realização das tarefas, dos horários e distribuição de atividades conforme o perfil.

12ª sessão (última): Foi a primeira sessão na sede da ASCAMPA. Foi criado um espaço para tal. Uma espécie de escritório com sala de convivência. Fez-se uma avaliação positiva (e emocionada) das mudanças implantadas pelo grupo gestor, bem como reconhecimento pelo trabalho de toda a equipe, com as seguintes melhorias percebidas pelos demais catadores: o atendimento ao catador, a pesagem (respeito ao catador), a quantidade de material (aumentou significativamente), a limpeza e organização da Sede, a qualidade dos almoços. Ainda estão discutindo: organização da contabilidade, formas de pagamento a equipe gestora, rodízios nas atividades da sede, representação da ASCAMPA em reuniões externas, aumento da equipe de catadores na Sede, negociações de preço junto aos atravessadores (compradores).

Atualmente o projeto está em fase de análise dos dados, bem como de avaliação da Clínica Psicodinâmica da Cooperação com os catadores da ASCAMPA.

Parte III – Análise Crítica da Atuação do NESoI/ ITCP/UFT

Apesar de não ser uma ação nova, a realização de trabalhos de extensão por instituições de ensino superior no País pode ser considerada uma tendência atual dentro das universidades. Por muito tempo, a extensão foi considerada a

“prima pobre” do tripé ensino-pesquisa-extensão; porém, as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares são evidências de uma nova forma de intervenção da universidade na realidade por meio de ações de extensão realizadas em todo o País.

No caso do NESol/UFT, a grande maioria de suas ações aconteceu por meio de sua Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, a ITCP/NESol/UFT. Por outro lado, o NESol está aberto a outras ações não se restringindo em absoluto à sua incubadora.

Dessa forma, a proposta do NESol/UFT não se restringe à extensão. Apesar deste estar ligado à Pró-Reitoria de Extensão da UFT, o Núcleo se propõe a trabalhar na perspectiva completa do tripé ensino-pesquisa-extensão. A capacitação continuada da equipe é parte integrante de todos os projetos (*ensino*) bem como a sistematização e publicação dos resultados do trabalho (*pesquisa*), além da própria ação de incubação (*extensão*). Entendemos o nosso Núcleo como um local de produção de conhecimento e atuação na sociedade.

Dentro desta proposta, as dificuldades percebidas pela equipe até o momento se concentram em quatro vertentes: *Participação Discente, Mobilização, Lógica de Projetos/Editais e Impacto nos Empreendimentos*.

A seguir, essas vertentes são apresentadas uma a uma dentro das situações apontadas, com a perspectiva de atuação do Núcleo para os próximos anos.

Participação Discente

É nosso entendimento que a formação do aluno de graduação não se restringe às disciplinas que ele cursa. Ao entrar na universidade, o aluno tem diante de si um vasto campo de oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. É importante discutir isto dentro da universidade – que não pode ser vista como um grande “colégio de 3º grau”. Por outro lado, estamos cientes de que parte dos alunos, além de estudar, trabalha, o que reduz seu tempo disponível para a universidade. Na realidade do Tocantins, na maioria das vezes, um estágio extracurricular tem remuneração muito superior a uma bolsa de extensão ou iniciação científica.

Assim, inicialmente, partimos de uma limitação quantitativa em relação aos alunos que podem participar dos projetos no nosso Núcleo. A partir daí, outras variáveis estão envolvidas, como a vontade do aluno de participar de projetos de cunho social, além da própria dedicação do aluno a estes projetos e ainda a volatilidade deste interesse.

Temos notado que, na maioria das vezes, os alunos focam seu interesse imediato na amplitude da remuneração; em outras palavras, o aluno escolhe quem lhe paga mais. Naturalmente, as exceções confirmam a regra e nosso Núcleo já contou com excelentes discentes voluntários. O que estamos querendo dizer é que, à primeira vista, o Núcleo é pouco atrativo e muitas vezes é escolhido em caráter temporário até que o aluno consiga “coisa melhor”, dentro da sua percepção.

Como a atuação no Núcleo depende de capacitação relativamente demorada (de 20 a 60 horas inicialmente) e posterior educação continuada (reuniões de aprofundamento semanais ou quinzenais) a saída de um membro da equipe implica diversos problemas quanto a sua reposição. Esta situação aconteceu em praticamente todos os projetos; porém, naquele que envolveu a parceria com o Programa Conexões dos Saberes (2009-2011), que exigia um perfil de aluno carente financeiramente, esta problemática se intensificou, sobretudo devido ao fator remuneração.

Um reflexo dessa situação é a preferência pela contratação de agentes externos (quando o edital permite) para apoiar as ações do Núcleo, o que, a nosso ver, prejudica as próprias ações do NESol/ITCP/UFT e, obviamente, a possibilidade de formação dos alunos da própria universidade.

Por outro lado, há que se considerar a perspectiva dos docentes também. Os professores que atuam no Núcleo têm uma atividade a mais, uma vez que este trabalho não implica redução da carga horária pertinente a atividades de ensino. Desta forma, os professores veem esta situação com desconfiança, pois a saída de alunos gera retrabalho imediato. É claro que a capacitação realizada não é perdida e o aluno que participou do Núcleo, em algum momento, leva esta capacitação para a vida; porém, objetivamente, os professores têm de se desdobrar para formar novos membros e realizar e/ou dar continuidade aos projetos do Núcleo.

Em seguida, apresentaremos nossa percepção quanto à mobilização da sociedade para efetivação dos projetos do Núcleo.

Mobilização da Comunidade/Sociedade

Em relação à mobilização, temos sentido uma grande dificuldade em realizar cursos, oficinas e capacitações com a comunidade – situação evidenciada em todos os projetos do Núcleo. Temos buscado compreender esta dificuldade por meio da interlocução com a própria sociedade com a qual trabalhamos. A primeira constatação é que, quase sempre, estamos fazendo um retrabalho, pois aquela comunidade já foi “alvo” de ações anteriores, frequentemente mal sucedidas. Assim, encontramos a comunidade se posicionando de forma defensiva ou mesmo indiferente às “promessas” que chegam de fora. A maior prova disso é o imediatismo em relação aos resultados: não acreditando no “projeto”, a comunidade busca as possibilidades de ganhos imediatos, independentemente das ações previstas, pois “já que o projeto em si não vai dar resultados, vejamos o que posso ganhar com ele agora”. Seria muito simples atribuir à comunidade a culpa pelo insucesso do projeto alegando este argumento como motivo. No entanto, temos de perceber que é preciso estar mais atentos a outros fatores, como o fato de que muitas vezes o projeto é da Universidade e não da comunidade, esta não foi sequer consultada se queria fazer parte do Projeto. Dessa forma, é importante incluir a comunidade na própria construção do projeto, o que significa um desafio dadas as dificuldades de mobilização já descritas. Por outro lado, não podemos também atribuir toda a culpa à Universidade – a Lógica de Projetos/Editais torna mais complicada (mas não impede) a relação universidade-comunidade na construção de projetos, pois os prazos são sempre curtos e os editais muitas vezes não atendem aos anseios da comunidade e/ou às necessidades da universidade em função de restrições técnico-jurídicas ou mesmo devido ao prazo. Trataremos deste assunto no próximo subtópico.

Lógica de Projetos/Editais

Além das dificuldades já elencadas, o que estamos chamando de Lógica de Projetos/Editais é o que entendemos como um problema estrutural, provavelmente uma das principais causas dos demais. Nossa atuação depende em grande parte dos recursos que captamos para a realização de projetos. Algumas ações podem ser realizadas sem a captação direta de recursos; porém, seriam ações limitadas à formação dos alunos e ao aperfeiçoamento dos docentes em atividades necessariamente internas à instituição e ao Núcleo.

A captação de recursos em si não apresenta um problema, pois as regras são claras e os resultados publicados; no entanto, é a chegada dos recursos que representa problemas objetivos. Existe uma distância entre a escrita do projeto, sua aprovação e a chegada dos recursos, note-se que não estamos falando da liberação, mas da “chegada dos recursos”. O primeiro problema é o caminho por onde passam esses recursos – muitas vezes dois departamentos jurídicos precisam “conversar” e se “acertar” por meio de uma linguagem no mínimo estranha aos proponentes do Projeto. Este “acerto” pode levar tempo, o que faz com que o Projeto (e a comunidade) fique “esperando” pelos recursos. Já existe entre os docentes um acordo tácito que considera que “o projeto começa quando os recursos chegam”, pois pode haver problemas das mais diversas naturezas entre a publicação do Edital e a “chegada” efetiva dos recursos.

Contudo, esta problemática é bastante clara e facilmente justificada, mas existem problemas anteriores a esta fase. O mais grave, na nossa percepção, é a própria Lógica de Projetos/Editais. Há algum tempo definiu-se que todas as ações precisam ser organizadas de forma a compor um *Projeto* que deve integrar um *Programa*, que é parte de um *Plano*, que tem por objetivo *mudar determinada realidade*. Esta *lógica* é incompatível com a realidade, que, conforme já discutido e argumentado, é intrinsecamente inter-relacional; ou seja, pretende-se “dividir” a realidade em diversas partes a serem transformadas por ações isoladas, em princípio, dissociadamente. O que estamos pretendendo ilustrar é que ao adotarmos esta *lógica* fazemos um recorte da realidade, correndo o risco de deixar de fora questões importantes que a influenciam e, assim, o *Plano/Programa/Projeto* já começa com erros estruturais sérios, os quais, certamente, vão impactar seus resultados. Por outro lado, não acreditamos que seja possível realizar um meta-plano que englobe toda a realidade e leve em consideração todas as variáveis; portanto, nossa crítica recai no Edital, mais especificamente em sua elaboração.

Para financiar a execução dos *Planos/Programas/Projetos*, são elaborados Editais que devem ser “respondidos” pelas instituições que se habilitam a realizar as ações. O primeiro problema decorre da equipe que elabora o Edital, muitas vezes, distante da realidade que este Edital procura transformar. As pessoas encarregadas de elaborar o Edital frequentemente têm bastante experiência na área adquirida através de outras ações realizadas anteriormente e usam esta *expertise* a fim de direcionar o Edital para os melhores resultados possíveis, o que faz muito sentido em termos teóricos. No entanto, sabe-se que um país do tamanho que é o Brasil tem grandes diferenças regionais, o que pode constituir-se em um problema. Além disso, há as limitações jurídicas do órgão que elabora o Edital, no sentido de que algumas coisas podem ser financiadas e outras não. Por fim há os objetivos da organização (pública ou privada) que “lança” o Edital; isto é, pode-se dizer que, em alguns casos, estas organizações “subcontratam” os respondentes do Edital para realizar seus objetivos. Ainda nesta linha, certamente há, em maior ou menor grau, traços de ideologia e/ou visão de mundo permeando esses Editais, uma vez que são pensados por pessoas e a história de vida de cada um inerentemente define seus valores e experiências. Dessa forma, o Edital já sai do “forno” com um direcionamento, balizado pelas colocações anteriores, que pode não ser compatível com a comunidade e/ou universidade que vai “respondê-lo”. Em síntese, o processo de elaboração do Edital é descolado da realidade da comunidade por diversos motivos, tais como teóricos, pessoais, legais, ideológicos, etc, o que dificulta a realização dos objetivos da comunidade, pois o foco são, naturalmente, os objetivos do Edital.

E por fim, há a questão do prazo – todos os Editais definem prazo para a realização –, prazos esses que, na grande maioria das vezes, não respondem à real demanda da comunidade, principalmente aqueles que se referem à incubação de empreendimentos da economia solidária. Anteriormente, este

prazo era de 12 meses, tendo passado a 24 meses, em geral. Esta situação leva as equipes de incubação a estar “sempre” a procura de um novo Edital para continuarem atendendo os empreendimentos e é a isso que se somam os atrasos geradores da descontinuidade dos projetos em andamento, que refletem diretamente nas questões já argumentadas: a Mobilização e Participação dos Discentes. Quando as ações de um projeto em curso têm que ser descontinuadas, a comunidade, à espera do novo projeto ou da liberação de mais uma parcela do corrente financiamento, pode se desmobilizar. Neste caso, para os alunos, há a necessidade/interesse em buscar novas possibilidades; para os docentes, começa um novo trabalho, ou um *retrabalho*, pode-se dizer.

Nossa intenção não é criticar a elaboração de Editais de forma geral, mas de evidenciar que os Editais, muitas vezes, definem objetivos e fazem restrições incongruentes com a ação que se quer realizar na comunidade. Tampouco temos a ilusão de que simplesmente “distribuir” recursos sem controle ou critério seria a melhor solução. O que estamos fazendo aqui é uma análise da nossa realidade enquanto captadores de recursos.

Em síntese, o atual modelo de financiamento das ações de incubação não tem atendido à realidade das comunidades e das universidades, aproximando essas últimas a “prestadoras de serviço” para órgãos públicos e fundações privadas.

Todos esses problemas argumentados, na verdade, desembocam em um último, que pode ser entendido como o resultado dos anteriores: *o impacto das ações realizadas sobre a comunidade e/ou empreendimentos*.

Impacto das ações

Temos notado com frequência que as ações de incubação de empreendimentos da economia solidária enfrentam dificuldades das mais diversas naturezas, além dessas aqui elencadas. De certa forma, incubar uma “ilha solidária” em um “mar não solidário” nos tem mostrado que, muitas vezes, a incubação enfrenta “tormentas” e “correntes” à primeira vista destruidoras. Ou seja, os empreendimentos que optam pela autogestão e pelo trabalho em bases solidárias estão “remando contra a maré” do mercado atual. Cabe ressaltar que a economia solidária não busca apenas resultados econômicos, embora haja casos em que o resultado foi que impulsionou o surgimento do empreendimento. De forma geral, um empreendimento de economia solidária não gera resultados econômicos em curto prazo e seus membros precisam destes resultados em curtíssimo prazo.

As ações de incubação visam melhorar os resultados econômicos também; porém, estes são os mais difíceis de conseguir. A formação política e técnica, de certa forma, acontece com êxito nestes empreendimentos, o estímulo à cultura e à preservação ambiental também podem ser evidenciados em muitos empreendimentos, já o crescimento econômico não é tão frequentemente alcançado.

Justamente por serem “ilhas autogestionárias”, os empreendimentos da economia solidária encontram uma primeira barreira já em seu ingresso no mercado: a escala e o preço da produção bem como o prazo de pagamento são frequentemente pouco competitivos. Geralmente, a escala é pequena, o preço não é suficientemente competitivo e o empreendimento não tem condições de vender a prazo. Esta situação nos mostra, de forma cada vez mais clara, que a incubação isolada não traz resultados efetivos no que tange ao desenvolvimento do empreendimento na sua dimensão econômica.

Pode-se argumentar que os empreendimentos buscam mais que resultados econômicos e sua simples existência já é um sinal de mudança nas relações de mercado. Geralmente, quem se vale desses argumentos não tem muita urgência em relação aos resultados econômicos, pois os recebe de outra forma (bolsa, salário, mesada etc). No caso de muitos empreendimentos, no entanto, esta dimensão pode ser considerada prioridade, dadas as suas condições materiais de subsistência.

Neste contexto, temos percebido que nossos trabalhos avançam pouco neste sentido e temos repensado nossa atuação para ações num futuro próximo.

Parte IV – Pensando no futuro

Apresentamos, nesta última parte de nosso texto, algumas ações surgidas de discussões/reflexões por parte da atual equipe do Núcleo. Como não foram ainda implementadas e, portanto, não têm resultados avaliáveis, devem ser vistas como propostas e não como prescrições.

Em relação aos *discentes*, pensamos que devemos melhorar nossas técnicas de atração, seleção e manutenção, sobretudo buscando alunos-candidatos que tenham pretensões acadêmicas – o Núcleo pode ajudá-los neste caminho, seja pela experiência em pesquisa seja pelas próprias publicações, muito valorizadas nas seleções para estudos de pós-graduação. Em suma, precisamos de discentes com objetivos de longo prazo compatíveis com os do Núcleo.

Quanto à mobilização, o Núcleo deve se aproximar mais da comunidade para além dos projetos. A intenção é escolher uma comunidade e focar nela todas as nossas ações no sentido de preparar sua incubação, ou seja, incubar uma comunidade e não um empreendimento. Esta relação pode se estreitar de diversas formas, entre as quais: buscando alunos que residem na região, os líderes comunitários e as organizações de representação que já existam no local. Não será um trabalho fácil, mas pode ser um caminho promissor.

No que tange à Lógica de Projetos/Editais pensamos que podemos trilhar o caminho inverso (viabilidade a ser avaliada). A ideia é desenvolver um projeto em conjunto com a comunidade, empregando ferramentas de planejamento participativo, e, só então buscar financiadores dispostos a realizar o projeto dentro da perspectiva em que foi construído. Nosso objetivo é procurar minimizar alguns dos problemas elencados anteriormente, já que não temos a ilusão de resolvê-los por completo.

A partir dessas ações balizadoras, pensamos em algumas alternativas, a principal sendo o escopo de atuação do Núcleo. Atualmente, nossa discussão gira em torno da incubação não de um empreendimento, mas de um *território* (comunidade) no sentido de possibilitar o seu desenvolvimento como um todo, baseando este desenvolvimento na integração e interdependência entre os atores no território. Nesta perspectiva, os Bancos Comunitários se apresentam hoje como uma importante ferramenta de auto-organização da comunidade e da construção do seu desenvolvimento. A implantação de uma organização desta natureza será uma experiência nova, mas outras incubadoras, a da Universidade Federal da Bahia - UFBA, por exemplo, já realizam este trabalho com resultados interessantes. Cabe ressaltar que não estamos depositando todas as “fichas” em uma “aposta mágica”, que solucionaria todos os nossos problemas. O que nos levou nesta direção foi a observação de nosso trabalho, aqui apresentadas e argumentadas; as dificuldades encontradas no percurso, que apontam para a necessidade de mudança de abordagem do nosso trabalho e os resultados positivos alcançados por outras instituições.

Finalizando a análise da atuação da ITCP/NESol/UFT, pontuamos o evidente aprimoramento dos alunos e professores que participam dos projetos e da própria gestão do Núcleo tanto no âmbito pessoal quanto no profissional, o que por si só já pode ser considerado um resultado positivo. Porém, queremos navegar mares mais profundos, conseqüentemente, mais revoltos, eis o desafio constante do nosso ofício.

Referências

BENINI, E. FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. Introdução. In: BENINI, E. FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011, vol. 1.

BENINI, E. FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. Introdução. In: BENINI, E. FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas da economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2012, vol. 2.

BENINI, E. SALES GOMES, A. L.; NOVAES, H. T.; CORRE SILVA, M. R. Introdução. In: BENINI, E. FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. Gestão Pública e Sociedade: resumos dos trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Outras Expressões, 2013, vol. 3. (no prelo).

CANÇADO, Airton Cardoso. O Programa de Fomento ao Cooperativismo Popular em Palmas/TO: resultados e perspectivas. Em: CANÇADO, Airton Cardoso; PEREIRA, José Roberto e SILVA Jr, Jeová Torres (Org.). Economia solidária, cooperativismo popular e autogestão: experiências em Palmas – TO. Palmas – TO: NESol, 2007.

CANÇADO, Anne Caroline Moura Guimarães e CANÇADO, Airton Cardoso. O Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal do Tocantins – NESol/UFT. Em: CANÇADO, Airton Cardoso; FINCO, Marcus Vinicius Alves; FINCO, Fernanda Dias B. Abadio e CANÇADO, Anne Caroline Moura Guimarães (Coord.). Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável: Resultados da atuação do NESol/UFT no Bico do Papagaio/TO. (pp. 45-54). Goiânia: Grafset Gráfica e Editora Ltda. 204 p., 2009a.

CANÇADO, Airton Cardoso e CANÇADO, Anne Caroline Moura Guimarães. Incubação de cooperativas populares: metodologia dos indicadores de desempenho. 2. ed. Palmas -TO: Futura, 2009b.

CANÇADO, Airton Cardoso; FINCO, Marcus Vinicius Alves; FINCO, Fernanda Dias B. Abadio e CANÇADO, Anne Caroline Moura Guimarães (Coord.). Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável: Resultados da atuação do NESol/UFT no Bico do Papagaio/TO. Goiânia: Grafset Gráfica e Editora Ltda. 204 p., 2009.

CUNHA, Almerinda M. Skeff; SILVA, Augusto Cesar & BORGES, Dorkas Pereira. Incubação de um empreendimento de economia solidária: o trabalho na ASCAMPA – Associação de Catadores(as) de Materiais Recicláveis da Região Centro Norte de Palmas – TO. Em: L. D. GHIZONI & A. C. CANÇADO

(Orgs.). Desenvolvimento, gestão e questão social: uma abordagem interdisciplinar (pp. 37-69). Contagem, MG: Didática Editora do Brasil, 2011.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. Pedagogia do oprimido. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987, 186p.

GHIZONI, Liliam Deisy e CANÇADO, Airton Cardoso. Relatório final do Projeto: “Coleta seletiva: conexões para uma vida sustentável”. Em: L. D. GHIZONI e A. C. CANÇADO (Orgs.), Desenvolvimento, gestão e questão social: uma abordagem interdisciplinar (pp. 19-36). Contagem, MG: Didática Editora do Brasil, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. Estudo Propositivo Território Bico do Papagaio. Brasília, 2005, 86 p.